



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

## **Reunião Regional Sul-Sudeste**

**Ata da ordem do dia 24 de maio de 2021**

**(Realizada por videoconferência)**

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**  
**Reunião Regional Sul-Sudeste**  
**Data: 24/05/2021**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um realizou-se a Reunião  
2 Regional Sul-Sudeste, sob a Coordenação da Conselheira Irene Rodrigues, 3ª Titular e  
3 Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal –  
4 CONFETAM-CUT e da Conselheira Sílvia Regina dos Santos, 2ª Titular e Representante da  
5 Fundação Projeto Pescar. Estiveram presentes os seguintes conselheiros, conselheiras e convidados:  
6 Sra. Anédia Miranda Farias – Conselheira Representante Usuário CEAS/MG; Sr. Bruno Donato dos  
7 Santos – Vice-Presidente CEAS/ES; Sr. Carlos Moraes – Conselho Nacional dos Direitos da  
8 Criança e do Adolescente; Sra. Caroline Mendonça Araújo - Presidente do CEAS Rio de Janeiro;  
9 Sra. Cristina Jaenisch Rosa – Conselheira Suplente Sociedade Civil CEAS/Rio Grande do Sul; Sra.  
10 Edna Aparecida Alegro – 3ª Titular e Representante da Federação Nacional das Associações  
11 Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Sr. Edvando Gonçalves de Souza – Conselheiro CEAS/São  
12 Paulo; Sra. Graziela – Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Conselho Nacional de  
13 Assistência Social; Sra. Ieda Maria Nobre de Castro - Representante do Colegiado Nacional de  
14 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Sra. Irene Rodrigues da Silva – 3ª  
15 Titular e Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal  
16 – CONFETAM-CUT; Sr. Leonardo Monteiro – Presidente - CMAS/Porto Alegre; Sr. Leonardo;  
17 Sra. Lia Lis; Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro - Secretário-Executivo do Conselho Nacional  
18 dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA-SNDCA; Sr. Lucas Estêvão Ribeiro da Silva  
19 – Conselheiro Representante Entidades CEAS/MG; Sr. Manuel Tadeu Barcelos – CEAS/PR; Sr.  
20 Manuel Tadeu Barcelos – CEAS/PR; Marcelo Panico – Vice-Presidente CEAS/Senhor Presidente;  
21 Sr. Márcio Caldeira- Conselheiro/Representante de Entidades – CEAS/MG; Sr. Marcos Antonio  
22 Muniz de Souza – Presidente COMAS – CMAS/SÃO Paulo; Sra. Maria Lopes Rodrigues –  
23 Conselheira Titular Sociedade Civil CEAS/RS; Fabiana Rosa – CEAS/RJ; Sra. Maria Valdevânia  
24 de Assis – Presidente CMAS-Curitiba; Sr. Miguel Ângelo Gomes Oliveira – Titular/Presidente do  
25 CNAS e Representante do Ministério da Cidadania; Sr. Orlando Inácio – CMAS/RJ; Sra. Patrícia  
26 Gomes – CEAS/MG; Sra. Paula Cristina Calsavara – CEAS/PR; Sra. Raquel Valiente Frosi –  
27 Presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/SOCIEDADE CIVIL; Sra. Raquel

28 Valiente Frosi – Presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/SOCIEDADE  
29 CIVIL; Sra. Rosier Batista Custódio – Vice-Presidente do COMAS CMAS/São Paulo; Sra. Salete  
30 Dobrev – Presidente CEAS – São Paulo; Sra. Sandra Shirley de Almeida - Presidente CEAS/ES;  
31 Sra. Sílvia Regina dos Santos – 2ª Titular e Representante da Fundação Projeto Pescar e Sra. Suzete  
32 da Silva Lubas – Conselheira Suplente Governamental CEAS/RS. **ABERTURA:** Após a  
33 verificação do quórum, a Conselheira Irene Rodrigues saudou a todos, e iniciou a reunião sugerindo  
34 que as análises partissem sobre a região sul até a sudeste, começando pelo estado do Rio Grande do  
35 Sul. Não havendo questionamentos, o Conselheiro Miguel Ângelo Gomes Oliveira cumprimentou a  
36 todos, destacou a relevância desta reunião no trabalho conjunto sobre a realização do processo  
37 conferencial nos municípios e estados brasileiros, além de designar como fundamental o diálogo e a  
38 busca de informações que subsidiarão este processo. Mencionou a importância desta construção  
39 coletiva na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social com data no mês de dezembro do ano de  
40 dois mil e vinte e um, como momento ímpar de contribuições em relação à execução e importância  
41 da política de assistência social no território brasileiro. Avisou que ausentaria-se temporariamente  
42 por motivos de agenda. Com a palavra, a Sra. Maria Lopes Rodrigues cumprimentou a todos e  
43 realizou saudações especiais à presidente, à vice-presidente e à diretora do Conselho Estadual de  
44 Assistência Social do Rio Grande do Sul. Em seguida, pontuou sua representação no Fórum  
45 Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde, justificou a ausência da Sra. Leila Tomassi,  
46 presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul por motivos de agenda  
47 e agradeceu aos conselheiros da Região Sul-Sudeste, ao Presidente Sr. Miguel Ângelo Gomes  
48 Oliveira, aos conselheiros Edna e Sílvia do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande  
49 do Sul e a todos os presentes. Em seguida comunicou que devido à vacância de cargos no Conselho  
50 Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul, um segundo processo eleitoral está sendo  
51 realizado. Além disso, reforçou a indispensabilidade da realização do processo conferencial,  
52 independentemente das dificuldades sofridas pela pandemia da Covid-19, e acrescentou que,  
53 conforme as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho Estadual de  
54 Assistência Social do Rio Grande do Sul está trabalhando para a concretização do processo  
55 conferencial. Alertou que as mudanças, ainda não definidas, executadas pelo Governo do Estado do  
56 Rio Grande do Sul, na secretaria do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul,  
57 podem prejudicar o processo de concretização das conferências. Além disso, expressou  
58 preocupação sobre a participação efetiva dos usuários nas conferências em formato virtual e alertou

59 que alternativas precisam ser pensadas. Reafirmou a importância do processo conferencial neste ano  
60 de dois mil e vinte e um, tendo em vista que o ano que vem será eleitoral. Em seguida, a Sra.  
61 Raquel Valiente Frosi saudou a todos, exaltou a presença da sociedade civil, e informou que a  
62 Secretaria-Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul está  
63 acompanhando esta reunião junto aos conselheiros. Além disso, ressaltou que esta é a última  
64 reunião desta gestão e que é desafiante a ação de transição de gestão em meio ao processo  
65 conferencial. Reafirmou a importância deste momento de trabalho no que tange a consideração do  
66 pacto federativo, avaliações da implementação do Sistema Único de Saúde e desafios de  
67 financiamento no cenário pandêmico. Em seguida, a Sra. Paula Cristina Calsavara saudou a todos e  
68 apresentou-se como assistente social técnica do Programa Família Paranaense, em transição para o  
69 nome Nossa Gente Paraná. Além disso, mencionou a realização das conferências municipais no ano  
70 de dois mil e dezenove e o contato atual com os municípios para estipular um novo cronograma.  
71 Com a palavra, Sra. Salete Dobrev cumprimentou a todos, especialmente aos conselheiros Marcelo  
72 Panico e Edvaldo, à conselheira Maria Silvia Coviello Boscaino e às secretárias executivas do  
73 Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo. Além de apresentar-se como assistente  
74 social presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, a Sra. Salete Dobrev  
75 registrou preocupação sobre o processo de realização das conferências, e ressaltou que o estado de  
76 São Paulo possui seiscentos e quarenta e cinco municípios, sendo quatrocentos e um de Porte I.  
77 Pontuou que dúvidas surgiram nos encontros de orientações realizados na semana passada, em  
78 relação à concretização das conferências municipais. Em seguida, a Sra. Caroline Mendonça Araújo  
79 cumprimentou a todos, observou os desafios de realização das conferências municipais e estadual  
80 no Rio de Janeiro, citou o processo de mobilização dos municípios que está em execução, além de  
81 confirmar a realização das conferências de maneiras participativa. Frisou que é essencial conferir a  
82 assistência social neste momento em que mais de quarenta milhões de pessoas entraram na pobreza.  
83 Com a palavra, a Sra. Sandra Shirley de Almeida apresentou-se como presidente do Conselho  
84 Estadual de Assistência Social do Espírito Santo e subsecretária de Estado de Assistência Social, e  
85 mencionou a presença do vice-presidente Sr. Bruno. Em seguida, declarou que a conferência será  
86 realizada de maneira híbrida no Espírito Santo. Com a palavra, o Sr. Lucas Estêvão Ribeiro da Silva  
87 cumprimentou a todos, e apresentou-se como representante da Sra. Presidente Patrícia Carvalho.  
88 Por fim, reforçou os desafios da realização das conferências em Minas Gerais, o estado com o maior  
89 número de municípios, além de reafirmar seu compromisso na realização deste trabalho. Em

90 seguida, o Sr. Marcos Antonio Muniz de Souza agradeceu pelo convite de participação nesta  
91 reunião, apresentou-se como presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo e  
92 destacou a existência de noventa e seis distritos, além dos desafios a serem enfrentados em prol da  
93 efetivação da conferência em formato virtual. Ressaltou que os prazos deverão ser discutidos em  
94 momento oportuno, visando a participação dos usuários com maiores dificuldades, além de ressaltar  
95 a importância da discussão sobre questões de orçamento e CadÚnico. Na sequência, o Sr. Leonardo  
96 Monteiro cumprimentou a todos e se apresentou como presidente do Conselho Municipal de  
97 Assistência Social, representante do segmento dos usuários. Além disso, destacou os desafios do  
98 processo conferencial em relação à participação efetiva dos usuários, além de frisar que trabalhos  
99 estão sendo realizados com vistas a garantir a participação de todos. Com a palavra, a Sra. Maria  
100 Valdevânia de Assis cumprimentou a todos, apresentou-se como conselheira representante do  
101 segmento dos trabalhadores, e alertou que a conferência de Curitiba está em debate com finalidade  
102 de viabilização de seu exercício. Além disso, ressaltou que o espaço da conferência é de expressão  
103 da população sobre suas observações sobre o atendimento, além de pontuar itens que solicitam  
104 melhora. Com a palavra, a Sra. Ieda Maria Nobre de Castro apresentou-se como representante  
105 membro da comissão organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e expôs o  
106 Informe CNAS nº 01/2021 – Orientações Temáticas e Organizativas para as Conferências  
107 Municipais de Assistência Social de 2021. Esclareceu que o CONGEMAS é a favor da realização  
108 das conferências municipais, além dos desafios, e lembrou sobre a obrigatoriedade de realização das  
109 conferências de quatro em quatro anos. Frisou a importância da ocorrência das conferências  
110 municipais no período entre maio e o dia trinta e um de agosto do ano de dois mil e vinte e um, e  
111 salientou que o processo conferencial inicia-se nos municípios. Além disso, a Sra. Ieda Maria Nobre  
112 de Castro informou que as conferências estaduais serão realizadas entre o dia primeiro de setembro  
113 e o dia trinta e um de outubro do ano de dois mil e vinte e um, e a Conferência Nacional de  
114 Assistência Social no período entre sete a dez de dezembro do ano de dois mil e vinte e um. Citou a  
115 Portaria Conjunta do Ministério da Cidadania e o Conselho Nacional de Assistência Social nº  
116 8/2021 e esclareceu o tema da conferência: “Assistência Social, Direito do Povo e Dever do Estado  
117 com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”. Reafirmou  
118 a indispensabilidade da discussão do financiamento público, contanto que a assistência social  
119 possua o status de direito, e reforçou o crescimento da desigualdade social no Brasil. Evidenciou  
120 que sistemas protetivos possuem a função de mitigar os efeitos perversos na condição de vida das

121 pessoas. Em seguida, discorreu sobre o II Plano Decenal, recomendou que os municípios dialoguem  
122 com suas diretrizes, além de considerar o Plano Plurianual e o Plano Municipal de Assistência  
123 Social. Explicou que a conferência é um espaço de análise do Sistema Único de Saúde,  
124 necessidades sociais da população brasileira, capacidades de respostas da Política de Assistência  
125 Social e das perspectivas futuras apontadas pelo Plano Decenal, além de destacar que esta é uma  
126 oportunidade de manifestação da sociedade sobre o tema. Explicou que a conferência será realizada  
127 em cinco eixos que orientarão sobre o tema geral. O Eixo I consiste na discussão conceitual, o II no  
128 debate sobre o financiamento, o III na discussão da participação popular, destacando que é  
129 importante explorar mecanismos além do modelo do conselho e a importância da capacidade de fala  
130 dos usuários. O Eixo IV refere-se à gestão e a forma de organização dos municípios para a proteção  
131 da assistência social, e o Eixo V consiste numa análise de conjuntura. Em seguida, a Sra. Ieda Maria  
132 Nobre de Castro mencionou a ementa presente no Informe CNAS nº 01/2021 – Orientações  
133 Temáticas e Organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2021, as bases  
134 normativas e questões norteadoras que permitem a incorporação de outras leituras sobre o cenário.  
135 Pontuou a sugestão de formas organizativas, sobre a montagem da programação da Conferência,  
136 frisando a importância da previsão de espaço na organização do tempo que contemple o regimento  
137 que será aprovado pelos advogados. Acrescentou que as propostas de deliberações serão definidas  
138 dentro dos eixos e deverão ser submetidas à Plenária Final numa síntese de priorização e validação.  
139 Infomou que deve ser previsto um ambiente virtual de escolha dos delegados para a conferência  
140 estadual, conforme critérios que forem definidos pelos conselhos estaduais. Notificou que todos os  
141 municípios devem respeitar o prazo de convocação no período de maio a agosto do ano de dois mil  
142 e vinte e um, além de recomendar a análise de riscos em caso de encontros presenciais e reforçar a  
143 importância da realização das conferências que vise a segurança de todos. Além disso, a Sra. Ieda  
144 Maria Nobre de Castro elucidou que as conferências devem ser realizadas perante mobilização  
145 prévia. Receitou o acompanhamento das publicações e orientações no *blog* do Conselho Nacional  
146 de Assistência Social, o apreço das resoluções e dos informes. Por fim, apresentou os canais de  
147 comunicação com o Conselho Nacional de Assistência Social disponíveis para esclarecimentos.  
148 Com a palavra, a Sra. Edna Aparecida Alegro explanou sobre o Informe CNAS nº 02/2021 –  
149 Participação e Acessibilidade Universal e relatou as necessidades impostas, considerando a  
150 Organização Mundial da Saúde sobre o surto da Covid-19. Alertou sobre as condutas de segurança  
151 biológica que viabilizarão a participação de todos, citou o parágrafo 7º artigo 3º da Lei 14.019/2020

152 e frisou que pessoas com deficiências específicas possuem respaldo da não obrigatoriedade do uso  
153 de máscara. Reforçou a importância da garantia da acessibilidade arquitetônica e atitudinal, e  
154 enumerou os principais pontos para a garantia de participação e acessibilidade durante a 12ª  
155 Conferência Nacional de Assistência Social. Além disso, registrou a importância de que cada  
156 conselho verifique locais que garantam a participação de todos os envolvidos. Seguindo, a Sra.  
157 Edna Aparecida Alegro relatou sobre as orientações à comissão organizadora em relação às  
158 palestras durante a conferência, além de destacar que o maior desafio de todas as conferências é  
159 garantir a participação dos delegados no contexto pandêmico, em formatos presenciais e híbridos.  
160 Por fim, registrou que pré-conferências devem ser realizadas em razão da impossibilidade de  
161 aglomerar pessoas. Com a palavra, a Sra. Lia Lis pontuou a dificuldade na realização das  
162 conferências no Rio Grande do Sul e o ofício enviado ao Conselho Nacional de Assistência Social  
163 que solicita o adiamento da conferência ao ano que vem. Além disso, indagou sobre a garantia de  
164 segurança sanitária das estratégias apresentadas nos informes, além de recomendar que outras  
165 táticas sejam pensadas. Por fim, entendeu a questão climática do inverno no Rio Grande do Sul,  
166 Paraná, Santa Catarina e sudeste como impasse de segurança na realização das conferências em  
167 contexto pandêmico. Em seguida, o Sr. Lucas Estêvão Ribeiro da Silva discorreu sobre a *live* de  
168 instrução dos municípios na execução da conferências municipais, realizada pelo Conselho Estadual  
169 de Assistência Social de Minas Gerais. Além disso, ressaltou a dificuldade da maioria dos  
170 municípios, principalmente de pequeno porte I, em estabelecer metodologias e formatos para a  
171 realização das conferências, tendo em vista a carência de oferta de equipamentos e estrutura técnica.  
172 Em seguida, o Sr. Bruno Donato dos Santos sinalizou a dificuldade de acesso à internet e manejo de  
173 equipamentos por parte dos usuários, e indagou quais serão as estratégias do Conselho Nacional de  
174 Assistência Social para construir um debate legítimo nas conferências. Com a palavra, a Sra. Maria  
175 Valdevânia de Assis considerou a discussão no Conselheiro Municipal de Assistência Social de  
176 Curitiba sobre a questão da conectividade, que exclui o público usuário das políticas de assistência  
177 social, além de mencionar que a maioria dos serviços ofertados à Curitiba são executados em  
178 formato *online*. Registrou que antes da pandemia já havia a necessidade do reconhecimento e reparo  
179 da falta de condições tecnológicas no acesso dos usuários, além de pontuar a necessidade de  
180 fortalecimento da capacidade de articulação da Rede SUAS e da rede intersetorial. Seguindo, a Sra.  
181 Ieda Maria Nobre de Castro discorreu sobre experiências de eleições e reuniões em formato remoto  
182 pela plataforma *Google Meet*. Além disso, entendeu que os conselhos estaduais podem

183 disponibilizar suporte tecnológico, em virtude da existência de escolas de formação e estrutura que  
184 pode ser oferecida aos municípios por quase todos os estados. Em seguida, ponderou sobre o  
185 atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social realizado em plataformas virtuais, e  
186 enfatizou que este formato não possui capilaridade devido ao acesso a internet, mas permite o  
187 alargamento das conversas. Além disso, recomendou observação por parte dos estados sobre quais  
188 são as estratégias de apoio aos municípios. Em seguida, a Sra. Edna Aparecida Alegro ressaltou que  
189 é necessária a observância das redes intersetoriais que prestem apoio no processo de inclusão da  
190 participação aos usuários, além de frisar que os eventos preparatórios das conferências por eixo  
191 podem ser transmitidos. Na sequência, o Sr. Marcos Antonio Muniz de Souza reforçou a questão da  
192 conectividade como desafio para a participação efetiva de todos os usuários e trabalhadores, e  
193 sugeriu ao Conselho Nacional de Assistência Social que elabore estratégias para melhor  
194 aproveitamento do tempo disponível. Com a palavra, a Sra. Rosier Batista Custódio indagou ao  
195 Conselho Nacional de Assistência Social sobre como possibilitar as dinâmicas de debate no  
196 processo conferencial para além das questões de conectividade, e questionou se a tecnologia  
197 utilizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social poderá ser disponibilizada aos municípios.  
198 Em seguida, a Sra. Raquel Valiente Frosi solicitou que a pauta da conectividade seja permanente e  
199 tratada além das conferências. Além disso, a Sra. Sandra Shirley de Almeida relatou estratégias  
200 adotadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina a favor do processo de  
201 pré-conferência. Na sequência, a Sra. Anédia Miranda Farias questionou sobre formas de garantir o  
202 apoio aos conselhos durante todo o processo conferencial, e reforçou que condições adequadas de  
203 realização da conferência em formato virtual devem garantir a participação dos usuários. Em  
204 seguida, a Sra. Maria Lopes Rodrigues demonstrou preocupação sobre a garantia de participação  
205 dos usuários no processo conferencial, enquanto fórum dos usuários, trabalhadores e conselheiros  
206 governamentais. Mencionou que o plano de compras do ano de dois mil e vinte e um está em  
207 processo de aprovação, e buscas de redes de apoio estão sendo realizadas. Por fim, reforçou a  
208 importância da execução de todo o processo conferencial, sugeriu a gravação de vídeos e pequenas  
209 reuniões, além de enfatizar que conselheiros e gestores devem empenhar-se na liberação dos  
210 recursos de conectividade. Com a palavra, a Sra. Graziela leu dois comentários de usuários na  
211 plataforma *YouTube*. Na sequência o Sr. Leonardo reforçou sua preocupação com as condições de  
212 participação dos usuários nas conferências, e discorreu sobre as experiências de Porto Alegre no  
213 processo conferencial, além de destacar um novo projeto de realização das pré-conferências.



214 Afirmou que há estratégias envolvendo o apoio virtual às entidades, citou a Plataforma Zoom,  
215 informou que as entidades serão selecionadas conforme suas características e serão elencados dois  
216 eixos para cada região, mantendo o eixo de recursos em comum. Por fim, mencionou o auxílio da  
217 Universidade de Porto Alegre na escrita dos eixos e dados, o aumento da população em situação de  
218 rua no contexto pandêmico e a não preocupação das gestões sobre a assistência dessa população.  
219 Com a palavra, o Sr. Edvando Gonçalves de Souza expressou preocupação sobre as condições  
220 técnicas da participação dos usuários, principalmente da população em situação de rua. Em seguida,  
221 a Sra. Patrícia Gomes apresentou-se como presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de  
222 Minas Gerais, representando o segmento da sociedade civil, e compartilhou informações sobre o  
223 processo conferencial de Minas Gerais. Citou o manual lançado no mês de abril com orientações  
224 iniciais aos municípios, lembrando que o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais  
225 recomenda o formato virtual de reuniões, embora os municípios possuam autonomia para escolher o  
226 formato. Destacou a *live* realizada com os municípios e a presença da Vice-Presidente do Conselho  
227 Nacional de Assistência Social, Sra. Aldenora González. Além disso, pontuou a elaboração de um  
228 caderno de perguntas e respostas após a *live*, e que as estratégias adotadas sobre o problema de  
229 conectividade tem envolvido o apoio das redes intersetoriais que viabilizam a participação dos  
230 usuários. Na sequência, avisou que em junho serão publicados tutoriais que orientarão os  
231 organizadores das conferências e delegados sobre o acesso às salas virtuais. Referiu-se a opinião no  
232 *chat* que recomenda ao Conselho Nacional de Assistência Social solicitar aos prefeitos o  
233 fornecimento de acesso à internet pelas repartições públicas, além de acrescentar que vídeos e  
234 textos estão sendo elaborados, por eixo, para uso dos conselhos municipais nas conferências, além  
235 da importância da realização de todo o processo conferencial. Com a palavra o Sr. Marcelo Panico  
236 apresentou-se como vice-presidente do CONSEAS/SP, realizou uma audiodescrição, e evidenciou  
237 que o estado de São Paulo está trabalhando para a realização da conferência no mês de outubro.  
238 Mencionou os três encontros virtuais realizados na semana passada, com os seiscentos e quarenta e  
239 cinco municípios, visando apresentar um manual de orientações de realização das conferências,  
240 além de destacar a autonomia e a independência dos municípios para a escolha do formato das  
241 reuniões. Além disso, entendeu que os prazos das conferências municipais devem ser rigorosamente  
242 respeitados, assim como a mobilização de todos com urgência. Além das orientações gerais sobre as  
243 conferências presentes no canal do *YouTube* do CONSEAS/SP e da Escola de Desenvolvimento  
244 Social do Estado de São Paulo, o Sr. Marcelo Panico agradeceu o envolvimento dos conselheiros

245 estaduais da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e de todos  
246 os conselheiros do CONSEAS que realizam de forma virtual, desde o mês de março do ano  
247 passado, a participação nas reuniões do CONSEAS/SP. Destacou o desafio do engajamento, da  
248 inclusão digital e da capacitação dos usuários e trabalhadores na participação no processo  
249 conferencial. Entende que a antecipação de documentos enviados é fundamental na qualidade e  
250 êxito das reuniões. Com a palavra, a Sra. Edna Aparecida Alegro reforçou preocupação com a  
251 garantia da participação dos usuários, parabenizou o discurso da Sra. Sandra Shirley de Almeida e  
252 reforçou a importância da presença da rede efetiva da assistência social. Além disso, sugeriu que a  
253 TV, câmaras municipais, governos dos estados, assembleias legislativas e aplicativos possam ser  
254 utilizados nas transmissões de conteúdo. Também citou organizações que realizam este trabalho, e  
255 podem partilhar as experiências, além de evidenciar a importância da discussão dos eixos e  
256 gravações. Por fim desculpou-se pela não realização da audiodescrição nesta reunião. Com a  
257 palavra, a Sra. Ieda Maria Nobre de Castro também se desculpou ao Sr. Marcelo Panico pela  
258 ausência de audiodescrição, frisou a importância da reflexão sobre formatos alternativos,  
259 cumprimentou os usuários que manifestaram-se, e destacou que o objetivo é a realização de  
260 conferências realmente participativas. Seguindo, o Sr. Manuel Tadeu Barcelos apresentou-se como  
261 coordenador da gestão do Sistema Único de Saúde no Paraná, conselheiro do CONSEAS,  
262 agradeceu a oportunidade de participação, registrou a importância da realização das conferências  
263 independentemente das dificuldades, principalmente neste momento de agravamento das condições de  
264 vulnerabilidade social. Compreendeu que é necessário reafirmar a centralidade da Política de  
265 Assistência Social, assegurar a garantia dos direitos sociais adquiridos constitucionalmente e sanar  
266 as dificuldades do ponto focal das conferências que é a questão da conectividade. Alertou sobre o  
267 problema das aglomerações em caso de conferências híbridas e presenciais, e citou a nota técnica  
268 orientadora enviada aos municípios do Paraná. Informou que *lives*, orientações e um manual serão  
269 elaborados, além da verificação da acessibilidade dos municípios. O Sr. Manuel Tadeu Barcelos  
270 pontuou que a Política da Pessoa Idosa realizou sua conferência em novembro do ano passado,  
271 assim como a Política da Criança e do Adolescente, e que estas servem de base de estudo e reforço  
272 das orientações. Com a palavra a Sra. Caroline Mendonça Araújo discorreu sobre ações de  
273 mobilização dos conselheiros e usuários, destacou que noventa por cento dos municípios estão  
274 confirmados sobre a realização das conferências, citou que haverá pontos de apoio durante a  
275 execução das reuniões, ressaltou a parceria com a TV Alerj, e a necessidade de apoio da gestão. Em

276 seguida, o Sr. Lucas Estévão Ribeiro da Silva evidenciou que quase oitenta por cento dos  
277 municípios de Minas Gerais são de pequeno porte I, além de destacar a dificuldade de participação  
278 dos trabalhadores no processo conferencial. Ressalvou que em cento e sessenta e quatro cidades do  
279 estado de Minas Gerais a população rural é maior que a população urbana, e que cinquenta e três  
280 por cento das escolas de Minas Gerais não possui acesso à internet. Concluiu, portanto, que o  
281 quesito da acessibilidade deve ser repensado para a efetivação do processo conferencial. Além  
282 disso, discorreu sobre a possibilidade de contaminação de usuários e trabalhadores em caso de  
283 conferências em formato presencial ou híbrido, e citou o Plano Minas Consciência. Reforçou a  
284 importância de considerar as especificidades de Minas Gerais sobre a quantidade de municípios e a  
285 realidade de cada população. Em seguida, leu um trecho sobre a dificuldade de acesso à internet em  
286 Minas Gerais, e questionou a ideia de inclusão digital. Ressalvou a importância da vacinação dos  
287 trabalhadores, citou o decreto que define a Assistência Social como serviço essencial, e denunciou  
288 que não há inclusão dos trabalhadores como equipe que deve ser vacinada. Por fim, questionou  
289 como os municípios de pequeno porte I poderão realizar o processo conferencial sem investimentos.  
290 Com a palavra, a Sra. Cristina Jaenisch Rosa destacou dificuldades de acesso à internet no Rio  
291 Grande do Sul, informou que aos dias dois de junho o Conselho Estadual de Assistência Social do  
292 Rio Grande do Sul realizará um seminário preparatório para as conferências municipais, além de  
293 oficinas por eixo disponibilizadas em formato *online* e *off-line* no *Facebook*, em linguagem  
294 acessível. Em seguida, a Sra. Edna Aparecida Alegro compreendeu que não há método conclusivo  
295 que garanta a efetivação da conectividade de todos durante as conferências, e que este é o maior  
296 desafio. Ressalvou a importância da realização da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social,  
297 da participação ativa e concreta dos usuários, além de avaliação posterior sobre os processos.  
298 Reforçou por fim a importância da vacinação dos trabalhadores e usuários. Em seguida a Sra. Ieda  
299 Maria Nobre de Castro lembrou que a intenção desta reunião é a oitiva dos presentes e outros  
300 atores, e encaminhou que as sugestões realizadas sejam enviadas à Comissão de Acompanhamento  
301 dos Conselhos e à Comissão de Organização da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social  
302 para análise e discussão aprofundada. Na sequência o questionamento da Sra. Graziela Lima,  
303 Secretária-Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, sobre as orientações e  
304 estratégias de metodologia do Conselho Nacional de Assistência Social para mobilização e ampla  
305 participação, principalmente dos usuários, foi lido pela Sra. Graziela. Em seguida, foi lida a questão  
306 da Sra. Andressa Pires Martins, sobre o pedido não atendido de equipamentos e inclusão digital na

307 rede socioassistencial. Seguindo, a Sra. Graziela Lima leu a colocação do Sr. Alan Carvalho sobre  
308 solicitação de informações a respeito dos grupos permanentes. Com a palavra, a Sra. Irene  
309 Rodrigues da Silva informou que todas as manifestações no *chat* do *Youtube* serão copiadas para  
310 leitura posterior de todos os conselheiros. Na sequência a Sra. Graziela leu o questionamento do Sr.  
311 Cleiton Reis sobre a falta de assistência no Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná. Em  
312 seguida, o questionamento da Sra. Andressa Pires solicitando o acesso digital a toda sociedade civil.  
313 Além disso, a questão do Sr. Alan Carvalho solicitando espaço de fala no Conselho Nacional de  
314 Assistência Social por meio virtual. Em seguida, a Sra. Graziela Lima leu o texto da Sra. Patrícia  
315 Gomes em prol da luta pela inclusão dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Plano  
316 Nacional de Vacinação. Logo após realizou a leitura do requerimento da Sra. Leonice Amorim  
317 sobre direitos, respeito e vacina contra o Covid-19. Na sequência, foi lida a sugestão da Sra. Flávia  
318 Reis sobre a orientação dos municípios para que haja disponibilização de acesso à internet nos  
319 CRAS, CREAS e Centros-Pop. Com a palavra, a Sra. Irene Rodrigues da Silva leu a sugestão  
320 enviada por uma conselheira usuária da cidade de Canoas no Rio Grande do Sul indicando que cada  
321 entidade, ou instituição, promova alguns representantes de conhecimento amplo que os usuários  
322 necessitam, e que seja disponibilizado transporte no caso de deslocamento dos usuários. Em  
323 seguida, a Sra. Edna Aparecida Alegro parabenizou a fala da Conselheira Leonice Amorim, do  
324 Conselho Municipal de Assistência Social de Canoas. Além disso, destacou que situações adversas  
325 serão enfrentadas e que a gestão dos municípios necessita refletir em como assegurar a presença dos  
326 usuários nas conferências e pré-conferências, identificando locais que contenham conectividade e  
327 equipamentos que possibilite a troca de informações. **TARDE:** Com a palavra, a Sra. Sílvia Regina  
328 dos Santos deu as boas vindas aos presentes. Em seguida, explicou o tema do desafio da  
329 participação de todos, especialmente dos usuários, no processo conferencial em formatos virtuais.  
330 Além disso, discorreu sobre a proposta de análise tecnológica das possibilidades, e estratégias do  
331 uso de plataformas, que garantam o acesso dos usuários em conferências virtuais. Na sequência, o  
332 Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro saudou a todos, e explicou que o tema da participação social  
333 solicita o assunto sobre as conferências nacionais de políticas públicas. Lembrou que o ambiente  
334 das conferências nacionais é eminentemente da sociedade civil, propício ao encontro desta com os  
335 representantes do governo para que juntos elaborem soluções para problemas sociais. Mencionou  
336 que a 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente conteve o objetivo de  
337 captação de demandas da sociedade civil para inserção na agenda governamental. Além disso,

338 indagou sobre os desafios da pandemia no asseguramento da segurança sanitária e a participação  
339 social plena. Citou que o grande debate do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do  
340 Adolescente foi sobre como realizar a conferência sem que as dificuldades prejudicassem a  
341 discussão, ou expusesse as pessoas ao risco de contaminação. Em seguida, fez uma apresentação  
342 sobre a definição da modalidade da 11ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente,  
343 destacando sua comissão organizadora, agência implementadora e suas diretrizes. Pontuou as  
344 recomendações da comissão organizadora da conferência para a Assembleia Ordinária do Conselho  
345 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 287, além da discussão sobre a definição do  
346 espaço de debate da conferência. Em seguida, discorreu sobre o total de participantes, a  
347 infraestrutura e a metodologia da 11ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente. Destacou  
348 as questões do ineditismo, garantia de participação real, licitação, atenção ao prazo para criação de  
349 ambiente virtual e entraves tecnológicos. Relatou sobre as principais adaptações realizadas no  
350 formato *online*, e mencionou a construção do desenvolvimento do ambiente virtual. Enumerou as  
351 necessidades do ambiente virtual de participação, e destacou o ofício enviado com antecedência ao  
352 Serviço Federal de Processamento de Dados, que possibilitou o aumento da capacidade de acessos à  
353 rede de internet do ministério que é limitada aos servidores do local. Além disso, ponderou sobre as  
354 questões do acesso restrito e seguro, e da contagem de acessibilidade para emissão de certificados,  
355 relatando que foi efetivado junto ao Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação um protocolo de  
356 segurança e mapeamento de riscos. Na sequência, evidenciou as transmissões ao vivo e a interação,  
357 uma vez que a transmissão ao vivo permite que pessoas que não contenham o acesso à sala  
358 acompanhem a reunião no *YouTube*. Em seguida, o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro  
359 discorreu sobre as transmissões ao vivo e simultâneas da 11ª Conferência Nacional da Criança e do  
360 Adolescente, além de questões sobre a interação, fórum de respostas e votação restrita. Destacou  
361 que houve simulação de interação de um ambiente presencial e ressaltou a preocupação do conselho  
362 com a acessibilidade, enumerando na sequência a presença de legenda, libras, audiodescrição e  
363 design intuitivo e acessível. Seguindo, apresentou as questões de personalização da identidade  
364 visual, *upload* de mídias restrito à coordenação do evento, e personalização dos participantes.  
365 Comentou sobre as observações gerais envolvendo a compatibilidade de programação, a Lei Geral  
366 de Proteção de Dados e a compatibilidade às necessidades metodológicas. Frisou a importância do  
367 diálogo entre o conselho e as regiões para elaborar consenso sobre a metodologia da conferência.  
368 Em seguida, explanou sobre o processo de inscrição dos delegados. Os principais pontos foram: 1.

369 As contribuições para a ficha de inscrição pelos integrantes da comissão organizadora e da  
370 Subcomissão de Metodologia e Relatoria; 2. A reunião da comissão organizadora e da Subcomissão  
371 de Metodologia e Relatoria para concluir a ficha de inscrição; 3. Envio da ficha para os delegados e  
372 delegadas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente; 4. Retorno das fichas.  
373 Ressaltou que o ponto focal do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi os  
374 Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo em vista o volume de três mil  
375 conselhos e a impossibilidade de comunicação com todos. Em seguida, esclareceu sobre o processo  
376 de elaboração do Regimento Interno da 11ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente  
377 enumerando as seguintes fases: 1. Prazo para envio das contribuições dos conselheiros do Conselho  
378 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente à Comissão Organizadora e Subcomissão de  
379 Metodologia; 2. Reunião da Comissão Organizadora e Subcomissão de Metodologia para validação  
380 do texto organizado; 3. Período da Consulta Pública para sugestões dos delegados e delegadas; 4.  
381 Reunião da Comissão Organizadora e Subcomissão de Metodologia para validar o Regimento  
382 Sistematizado; 5. Assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente pra  
383 aprovação do Regimento; 6. Envio aos participantes. Na sequência, comentou a definição dos  
384 delegados natos e delegadas natas, convidados, convidadas e observadores. Além disso, destacou  
385 que os adolescentes do Comitê de Participação de Adolescentes que não tomaram posse, e que não  
386 continuam no Comitê de Participação de Adolescentes, foram designados delegados perante  
387 arranjo, tendo em vista que o Comitê de Participação de Adolescentes foi introduzido por uma  
388 resolução não concluída na época do mandato. Do mesmo modo, enumerou quais foram os  
389 convidados e observadores. Explanou sobre a reunião do Conselho Nacional dos Direitos da  
390 Criança e do Adolescente para definir os convidados e observadores, inclusive o envio de ofícios  
391 nominais. Prosseguindo, o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro comentou sobre o processo de  
392 credenciamento virtual dos participantes e a programação. Citou a atividade de abertura da  
393 Conferência, pronunciamento de autoridades e Palestra Magna. Em seguida, mencionou as Mesas  
394 de Exposição sobre os cinco eixos. Sobre o debate o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro  
395 ressaltou que dentro da plataforma virtual havia interação para que o palestrante criasse e  
396 respondesse as perguntas. Em seguida, apresentou a programação, em três momentos: 1º: Fórum de  
397 propostas – Apresentação de emendas às propostas sistematizadas; 2º: Fórum de propostas: Votação  
398 das propostas pelos delegados e delegadas; 3º. Fórum de propostas – Priorização das propostas.  
399 Além disso, houve atividade de encerramento da Conferência, leitura das propostas priorizadas por

400 Eixo, leitura de ementas das moções aprovadas, pronunciamento das autoridades e atividade alusiva  
401 ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Seguindo, o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro  
402 explanou sobre o ambiente virtual, comentando que no dia da Conferência o *login* e senha  
403 personalizados já estavam disponibilizados conforme a ficha de inscrição dentro da plataforma.  
404 Destacou que o sistema conteve local específico para a realização de campanhas de propostas. Além  
405 disso, esclareceu sobre as transmissões e o credenciamento, pontuando que houve acordo com os  
406 Conselhos Estadual ou Distrital, no sentido do suporte de verificação dos respectivos estados dos  
407 delegados e delegadas. Na sequência, elucidou sobre os direitos dos participantes e destacou que os  
408 conselhos trataram os nomes de quem seriam os convidados e observadores. Além disso, explicitou  
409 sobre os meios de interação do ambiente virtual e a submissão de moções, ressaltando que apenas as  
410 moções inerentes à Conferência foram consideradas. Na sequência, relatou sobre as orientações  
411 para a submissão, além dos fóruns de propostas a partir dos eixos temáticos do Documento Base.  
412 Ressaltou que o trabalho de elaboração da metodologia de sistematização de todas as propostas  
413 constantes nos fóruns foi realizado em parceria com Faculdade Latino-Americana de Ciências  
414 Sociais, e designou fundamental o trabalho do Programa das Nações Unidas para o  
415 Desenvolvimento. Além disso, mencionou a possibilidade de acesso na plataforma do arquivo com  
416 o caderno de propostas e a sistematização das mesmas. Citou os momentos dos Fóruns de Propostas  
417 e a apresentação de emendas, ressaltando que o Conselho optou por não suprimir propostas. Em  
418 seguida, explicou sobre a votação e destacou que o modelo deste processo foi elaborado juntamente  
419 à Câmara dos Deputados. Elucidou a priorização das propostas, comentou sobre a comissão  
420 organizadora e sobre o acompanhamento das transmissões, fóruns de propostas, *chats* e moções. Em  
421 seguida, o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro acessou a plataforma virtual e fez demonstrações,  
422 destacando a importância do dado sobre a fonte de acesso à internet, visando à tomada de  
423 providência em caso de impossibilidade de acesso à rede. Além disso, simulou um caso de  
424 conferência na plataforma *online* apresentada, e frisou que este ambiente assegurava a participação  
425 representativa dos estados. Em seguida, a Sra. Sílvia Regina dos Santos leu uma pergunta recebida  
426 no *chat* do *YouTube* sobre a possibilidade de disponibilização, adaptações e adequações para a  
427 utilização da plataforma *online* exibida pelo Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro. Ele respondeu  
428 que a plataforma foi criada pelo Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação do Ministério da  
429 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em conjunto com outros entes. Com a palavra, a Sra.  
430 Anédia Miranda Farias destacou o desafio do processo de orientação dos usuários no manejo da

431 tecnologia, e reforçou que estes precisarão de muito apoio. Além disso, preocupou-se com a  
432 impossibilidade de oferta de suporte dos CRAS da sua região a todos os usuários. Na sequência, o  
433 Sr. Carlos Moraes explicou que o formulário de inscrição na plataforma virtual visou à atuação do  
434 conselho, junto à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, no estudo de especificidades  
435 dos delegados e delegadas sobre os atendimentos de todas as necessidades. Com a palavra, a Sra.  
436 Sílvia Regina dos Santos ressaltou a questão do tempo como peculiaridade do formato virtual, tendo  
437 em vista que este solicita a efetivação da compreensão de todo o trabalho antes da data da reunião.  
438 Além disso, o Sr. Márcio Caldeira apresentou-se como Conselheiro Estadual no estado de Minas  
439 Gerais, parabenizou o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro pela apresentação, além de ressaltar a  
440 importância da iniciativa de interação dos conselhos nesta reunião. Ressaltou que os usuários  
441 inspiram todos estes trabalhos, questionou ao Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro se houve  
442 dificuldades apresentadas por parte dos delegados e delegadas, e como foi o manejo destes  
443 problemas. Além disso, o Sr. Márcio Caldeira reforçou a preocupação da Sra. Anédia Miranda  
444 Farias sobre a garantia da participação de todos na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.  
445 Com a palavra, o Sr. Manuel Tadeu Barcelos parabenizou a todos e insistiu na possibilidade de  
446 compartilhamento, e adaptações, da plataforma virtual apresentada pelo Sr. Lucas Batista de  
447 Carvalho Pinheiro. Em seguida, a Sra. Rosier Batista Custódio apresentou-se, agradeceu ao Sr.  
448 Lucas Batista de Carvalho Pinheiro pela apresentação e perguntou aos representantes do Conselho  
449 Nacional de Assistência Social se é possível a realização de gestões do Conselho Nacional de  
450 Assistência Social junto ao Ministério da Cidadania, em cooperação com o Ministério da Mulher,  
451 da Família e dos Direitos Humanos, para disponibilizar a plataforma virtual apresentada nesta  
452 reunião aos demais entes do Poder Público. Na sequência, a Sra. Maria Lopes Rodrigues reforçou a  
453 importância da disponibilização da tecnologia apresentada pelo Sr. Lucas Batista de Carvalho  
454 Pinheiro com a finalidade de garantir o direito de todos os trabalhadores, gestores e usuários da  
455 assistência social. Além disso, frisou o desafio do Conselho Nacional de Assistência Social em  
456 auxiliar os estados para que estes orientem os municípios. Com a palavra, o Sr. Orlando Inácio, em  
457 nome das metrópoles e municípios que no momento possuem bastante dificuldade com o  
458 financiamento do Sistema Único de Saúde, destacou que os recursos da União estão incorporados  
459 aos órgãos gestores da assistência social, e que os repasses estão ocorrendo de forma muito irregular  
460 ao Conselho Municipal de Assistência Social do estado do Rio de Janeiro, abaixo de cinquenta por  
461 cento do que costuma ser pactuado. Entende que esta situação impactará diretamente na realização



462 da conferência e das pré-conferências. Além disso, mencionou a Portaria nº 2.362/2019 e as  
463 parcerias que o Conselho Municipal de Assistência Social do estado do Rio de Janeiro tem buscado  
464 com entidades da rede privada. Solicitou ao Conselho Nacional de Assistência Social que, junto ao  
465 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e ao representante do Poder Legislativo  
466 que trata do financiamento, priorize e disponibilize orçamento aos recursos obrigatórios do Sistema  
467 Único de Saúde, pois este desfalque prejudica os serviços de assistência social no estado do Rio de  
468 Janeiro. A Sra. Sílvia Regina dos Santos respondeu a questão do Sr. Orlando Inácio mencionando  
469 os Informes CNAS nº 01/2021 e 02/2021, além de explicar que o eixo sobre o financiamento será  
470 tratado na reunião trimestral e descentralizada. Com a fala, a Sra. Edna Aparecida Alegro afirmou  
471 que haverá busca de parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para  
472 desenvolvimento da plataforma virtual necessária à realização da 12ª Conferência Nacional de  
473 Assistência Social, e caso não seja possível a Subsecretaria de Tecnologia da Informação do  
474 Ministério da Cidadania realizará este trabalho. Reforçou a preocupação do Conselho Nacional de  
475 Assistência Social em garantir a presença de todos na 12ª Conferência Nacional de Assistência  
476 Social, lembrou que as conferências municipais do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do  
477 Adolescente já haviam sido realizadas quando houve a 11ª Conferência Nacional da Criança e do  
478 Adolescente, e que o desafio do Conselho Nacional de Assistência Social é a realização das  
479 conferências municipais, estaduais e por fim a nacional. Em seguida, a Sra. Sílvia Regina dos  
480 Santos convidou o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro para disponibilizar a publicação da  
481 apresentação realizada nesta reunião no *blog* do Conselho Nacional de Assistência Social. O Sr.  
482 Lucas Batista de Carvalho Pinheiro concordou, ressaltou o protagonismo da criança e do  
483 adolescente, a parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, o Centro de Gestão  
484 de Tecnologia e Inovação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o  
485 envolvimento de todos os atores. Em seguida, explicou que as conferências municipais e estaduais  
486 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente já tinham ocorrido, faltando apenas  
487 cinco, e que a etapa nacional das conferências não aconteceu devido à declaração da situação de  
488 pandemia. Sobre a questão do recurso colocada pelo Sr. Orlando Inácio, o Sr. Lucas Batista de  
489 Carvalho Pinheiro esclareceu a existência de uma carta-acordo entre o Conselho Nacional dos  
490 Direitos da Criança e do Adolescente e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, assinada  
491 no ano de dois mil e dezoito, no valor de setecentos e noventa e oito mil reais com fins de  
492 elaboração da metodologia da 11ª Conferência Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da

493 Criança e do Adolescente. Além disso, informou que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança  
494 e do Adolescente aprovou do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente quatro  
495 milhões de reais para a realização da 11ª Conferência Nacional do Conselho Nacional dos Direitos  
496 da Criança e do Adolescente, mas como esta foi realizada em formato virtual, o valor restante foi  
497 utilizado no Projeto de Famílias Acolhedoras e no Projeto Família Solidária. Em seguida, citou a  
498 reunião ocorrida entre o Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação do Conselho Nacional dos  
499 Direitos da Criança e do Adolescente e o Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação do Ministério  
500 do Turismo para o compartilhamento de experiências sobre a plataforma virtual. Informou que a  
501 plataforma será utilizada em outras situações de participação e que durante a 11ª Conferência  
502 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente houve equipe de atendimento às necessidades  
503 dos delegados e delegadas. Com a palavra o Sr. Carlos Moraes esclareceu que o prazo da  
504 conferência foi dilatado visando garantir a participação dos usuários, tendo em vista que a  
505 plataforma virtual esteve disponível vinte e quatro horas por dia durante quinze dias. Registrou que  
506 não houve desistências, apenas problemas pontuais que foram sanados. Em seguida, o Sr. Lucas  
507 Batista de Carvalho Pinheiro destacou que houve aluguel de um centro de apoio para a  
508 operacionalização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, medida  
509 fundamental para o êxito da realização dos trabalhos. Com a palavra, a Sra. Suzete da Silva Lubas  
510 indagou sobre o fluxo de tempo na 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do  
511 Adolescente, e o Sr. Lucas Batista de Carvalho esclareceu que este foi síncrono, assíncrono, ou as  
512 pessoas escolheram o tempo para realização das ações. Acrescentou que a comissão organizadora  
513 previu o processo para quinze definindo que cada pessoa dedicar-se-ia duas horas por dia sobre a  
514 leitura dos textos, além do seguimento de programação rígida e específica. Além disso, a Sra. Sílvia  
515 Regina dos Santos solicitou que os presentes respondam a avaliação que será encaminhada pela  
516 Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social, com a intenção de aperfeiçoar as  
517 próximas reuniões. Por fim, destacou a importância de um ponto de apoio durante a realização da  
518 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, a potencialização dos recursos recebidos, a  
519 inclusão dos trabalhadores e usuários da Assistência Social no processo conferencial, além de frisar  
520 a indispensabilidade da política de assistência social. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais  
521 manifestações, a Sra. Sílvia Regina dos Santos agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.  
522  
523

524

525

526

---

**Sra. Irene Rodrigues da Silva**

527

3ª Titular e Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público

528

Municipal

529

530

---

**Sra. Sílvia Regina dos Santos**

531

2ª Titular e Representante da Fundação Projeto Pescar

532

533

534

Maio de 2021